

ALVALADE

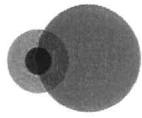
Junta de Freguesia

PROPOSTA N.º 57/2017

Exmos. Membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade,

Considerando que:

- I) O n.º 2 do art. 32.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (doravante, LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho concatenado com o n.º 1 do art. 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017 (a seguir, OE2017) condicionam a celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços, na modalidade de tarefa ou avença, à prévia emissão de parecer prévio favorável, no caso das autarquias locais, pelo respetivo órgão executivo;
- II) A emissão de parecer prévio favorável à decisão de contratar a aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou avença, depende, cumulativamente, da verificação do carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; da verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; e a existência de declaração de cabimento orçamental;
- III) O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, elevaram decisivamente a complexidade do governo das Freguesias, estando-lhes agora acometidas atribuições em matéria de educação;
- IV) Nesta conformidade, com vista à aquisição de serviços de apoio à ação educativa, torna-se imperioso contratar a respetiva prestação de serviços, na medida em que se trata da prestação de trabalho autónomo, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público, porquanto se visam suprir absolutamente delimitadas no tempo;



- V) Por outro lado, de harmonia com o previsto no n.º 1 do art. 16.º-A concatenado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, enquanto não forem criadas as Entidades Gestoras da Requalificação nas Autarquias (EGRA), o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete às Juntas de Freguesia, enquanto entidades gestoras subsidiárias, não havendo, conforme resulta também das normas interpretativas uniformes homologadas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, que consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;
- VI) Na área metropolitana de Lisboa não foi ainda constituída a EGRA prevista no art. 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, pelo que cabe, nos termos acima mencionados, a esta Junta de Freguesia verificar que inexistem na Freguesia trabalhadores em situação de requalificação, o que sucede porquanto não existe a lista nominativa a que se refere o n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que aprovou o Regime Jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas;
- VII) A despesa emergente do contrato a celebrar, em valor que nunca ultrapassará € 4.600,32 (quatro mil seiscientos euros e trinta e dois cêntimos), tem cabimento na rubrica 06.00.00, económica 01.01.07.00 do orçamento em vigor, conforme declaração de cabimento em anexo.

Face ao exposto, tenho a honra de propor a esta Junta de Freguesia que emita parecer prévio vinculativo favorável à aquisição de serviços de apoio à ação educativa, na medida em que se trata de adquirir a prestação de trabalho não subordinado, para o qual é inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público, não existindo trabalhadores na Freguesia em situação de requalificação e a despesa emergente do contrato está devidamente cabimentada.

Alvalade, em 06 de fevereiro de 2017.

O Vogal

Ricardo Varela